

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Porto do Açu já atrai interesse de empresas estrangeiras	2
Título: Petrobras efetua pré-pagamentos de US\$ 5,1 bi em dívidas	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Com vetos, Temer sanciona criação de agência de mineração	3
VEÍCULO: Valor Econômico	4
Título: Governo cria ZPE e negocia parceria com Vale para ferrovia entre RJ e ES	4
Título: Curtas	5
Título: Destaques	5
Título: Com greve de fiscais, carga de siderúrgica fica parada um mês	6
Título: Usiminas quer rever acordo na joint venture Unigal	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: RAMONA ORDOÑEZ Enviada especial****Título: Porto do Açu já atrai interesse de empresas estrangeiras**

Temer cria área especial com isenção fiscal para companhias exportadoras

-SÃO JOÃO DA BARRA (RJ)- O presidente Michel Temer assinou ontem decreto que cria a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto do Açu, no Norte Fluminense. O porto foi um dos projetos idealizados pelo empresário Eike Batista. O Porto do Açu agora é controlado pela americana EIG, e operado pela Prumo Logística. Segundo o presidente da Prumo, José Magela, já existe interesse de empresas chinesas, japonesas e indianas, que estão dispostas a se instalar nesta área de livre comércio.

A Zona de Processamento de Exportação é voltada para a fabricação de produtos para o mercado externo, isentos de tributos federais, e deve gerar investimentos de R\$ 82 milhões a curto prazo. De acordo com Magela, a empresa que vai operar o projeto ainda será escolhida por meio de licitação e deverá investir R\$ 40 milhões em obras de infraestrutura. A primeira companhia que vai se instalar no local, a Rocha do Açu, fará o beneficiamento de rochas para exportar e já prevê investimentos de R\$ 42 milhões.

— Na nossa cabeça, a União será forte se os estados e os municípios forem fortes. E estamos enfrentando dificuldades extraordinárias, mas estamos dando apoio a todos os estados e municípios para que, no fim de 2018, tenhamos uma verdadeira federação neste país — afirmou Temer, durante a solenidade de assinatura do decreto.

INVESTIMENTO DE R\$ 7 BI EM TERMELÉTRICAS

Magela citou também o investimento de R\$ 7 bilhões na construção de duas termelétricas a gás natural. A primeira deve ter sua construção iniciada no próximo ano. Atualmente, já trabalham no Porto do Açu quatro mil funcionários, e a tendência é crescer o número de empregos nos próximos anos com o desenvolvimento das termelétricas e da ZPE. — O Complexo Portuário do Açu será o maior polo logístico e industrial do país.

A ZPE vai trazer desenvolvimento socioeconômico sustentável para toda a região do Norte Fluminense — disse Magela. A licitação para escolha da empresa que vai operar a ZPE deverá levar cerca de três meses. — O Porto do Açu terá o maior parque térmico da América Latina, com as duas termelétricas

que vão gerar três gigawatts (três mil megawatts). Deverão ter cerca de dois mil trabalhadores na obra só na construção da primeira termelétrica — destacou Magela.

A previsão é que a ZPE do Açú esteja em operação em 24 meses. São dois quilômetros quadrados de área que fica a dez quilômetros do Terminal Multicargas (T-MULT) do Porto do Açú. Será a primeira no Norte Fluminense e a 26ª do país, mas apenas uma está em operação, segundo a Prumo. Também participaram do evento, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Marcos Pereira, e o governador do Estado do Rio, Luiz Fernando Pezão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO

Título: Petrobras efetua pré-pagamentos de US\$ 5,1 bi em dívidas

BNDES ENTRE CREDITORES

A Petrobras informou ontem que efetuou pré-pagamentos de dívidas, diretamente ou através de suas controladas, num total de US\$ 5,1 bilhões, como parte da estratégia de gerenciamento de débitos. Uma fatia de 72% desse montante, segundo a estatal, estava prevista para ser amortizada ao longo de 2018 e 2019. Entre os credores pagos estão BNDES e Morgan Stanley.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Com vetos, Temer sanciona criação de agência de mineração

DE BRASÍLIA - O presidente Michel Temer sancionou com vetos a lei que cria a ANM (Agência Nacional de Mineração) e extingue o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

A agência vai incorporar os cerca de 900 servidores do DNPM, mas eles não terão o salário equiparado ao das demais agências. O nivelamento salarial foi proposto pelo Congresso e, como traria aumento de gastos em 2018, a equipe econômica propôs que fossem vetados.

A associação dos servidores do DNPM quer tentar reverter o veto no Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Juliana Schincariol e Rodrigo Polito | De São João da Barra (RJ)****Título: Governo cria ZPE e negocia parceria com Vale para ferrovia entre RJ e ES**

O governo federal deve concluir em 2018 as negociações de uma parceria público privada com a Vale para a construção da ferrovia do Açú, para ligar o Rio de Janeiro ao Espírito Santo, disse ontem o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco. O empreendimento é considerado importante para o desenvolvimento do distrito industrial de São João da Barra, Norte Fluminense, onde também está localizado o Porto do Açú, operado pela Prumo Logística. Em novembro deste ano, os governos dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo assinaram carta conjunta endereçada ao presidente Michel Temer sobre o tema.

"Vamos concluir as negociações ainda no seu governo [de Temer] com a Vale para que possamos fazer a construção da ferrovia", afirmou o ministro, dirigindo-se ao presidente Michel Temer, presente no evento que assinou o decreto para criação a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Açú. Moreira ponderou que isso ocorrerá caso "as condições de mercado permitirem". "O projeto é esse, o objetivo é esse", acrescentou.

Procurada para falar sobre o assunto, a Vale informou ter avançado nas conversas com o governo federal sobre a antecipação da renovação dos contratos de concessão das Estradas de Ferro Carajás (EFC) e Vitória a Minas (EFVM). Os contratos terminam apenas em 2027, mas há interesse em renovar antecipadamente a concessão, que iria até 2057, informou a mineradora. Segundo a empresa, as discussões técnicas e entendimentos estão sendo feitas com Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). "Uma vez acordadas as condições para a antecipação das renovações da EFVM e da EFC, caberá ao governo federal definir as contrapartidas a serem implementadas", afirmou a Vale, em nota.

Também presente ao evento ontem, o presidente da Prumo, José Magela, afirmou que a construção da ferrovia depende de negociações do governo federal. "O único sonho que temos agora é a ferrovia e depende do governo federal", afirmou.

A área de livre comércio está localizada no Complexo Portuário do Porto do Açú, que abrange o distrito industrial de São João da Barra e o Porto do Açú, operado pela Prumo. A previsão é que a área esteja em operação em 24 meses.

ZPEs são áreas de livre comércio, destinadas à instalação de empresas, com 80% de sua produção voltada para a exportação. As empresas que ali se instalaram são beneficiadas com incentivos fiscais. A ZPE do Açu será a primeira da região norte fluminense e a 26ª do país. "Já temos bastante interesse de chineses, de japoneses e indianos e de várias companhias que estão interessadas neste regime de ZPE", informou Magela. "A curto prazo vamos ter a implantação das térmicas que ganhamos no leilão [de contratação de energia nova, na semana passada]. Vamos ter o maior parque termelétrico da América Latina, são 3 gigawatts", completou Magela. No início de 2018, a implantação da térmica já terá início, o que poderá gerar por volta de 2 mil empregos, acrescentou.

Inaugurado em 2014, o Porto do Açu tem 130 quilômetros quadrados. O presidente da Prumo disse ainda que o objetivo é que o empreendimento tenha porte semelhante do Porto de Antuérpia, sócio estratégico da companhia. "Eles têm mais de 200 anos de história. Hoje eles têm mais de 60 mil trabalhadores diretos e quase mil empresas instaladas. O que vamos ser no futuro basta olhar o Porto de Antuérpia", disse. **(Colaborou Alessandra Saraiva, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Lazard na BR

A Lazard Asset Management elevou sua participação na BR Distribuidora para 62,3 milhões de ações, o que corresponde a 5,34% do capital da companhia. A Petrobras vendeu 29% dos papéis da BR Distribuidora na oferta pública de ações realizada neste mês, incluindo lote suplementar e levantou R\$ 5 bilhões com a operação. Segundo a Lazard, a movimentação acionária não tem como objetivo alterar o controle ou a estrutura administrativa da BR Distribuidora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Minério em queda

O minério de ferro teve forte queda ontem no mercado à vista chinês. A cotação do produto entregue no porto de Qingdao recuou 4,54%, para US\$ 72,62 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin", reflexo da desaceleração da negociação

da commodity. A referência é o índice que acompanha o insumo com teor metálico de 62%. No mercado futuro, o recuo foi menor. Os contratos com vencimento em maio caíram 0,48% na Bolsa de Commodities de Dalian, para 515,5 yuans (US\$ 78,74) a tonelada. O aço também teve dia negativo na Bolsa de Futuros de Xangai: os contratos da bobina a quente e do vergalhão para maio recuaram, respectivamente, para 3.857 yuans e 3.792 yuans a tonelada.

CSN renegocia dívidas

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) negocia com bancos públicos alongamento de parte de sua dívida com essas instituições. O **Valor** apurou que a ideia é alongar o prazo de pagamento dos vencimentos de mais curto prazo da empresa, previstos para o início do próximo ano, dando fôlego de caixa à siderúrgica. Nenhum dos bancos oficiais, Caixa e Banco do Brasil, comenta o assunto, alegando sigilo comercial. De acordo com informações na imprensa, as negociações da repactuação envolve compromissos da CSN estimados em R\$ 14 bilhões. **(Fábio Graner, de Brasília)**

BBCE bate recorde no ano

A BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, atingiu 24 mil megawatts (MW) até 21 de dezembro, com volume financeiro de R\$ 5 bilhões. A negociação envolveu 11.500 contratos. "Crescemos num momento importante para o mercado livre, consolidando nossa posição. Outro ponto positivo foi a entrada de 12 novos sócios que fortalecem a plataforma e seus associados como um todo. Com isso, nos preparamos para enfrentar 2018 oferecendo novas plataformas de negociação, contratos e produtos", disse, em nota, Victor Kodja, presidente da BBCE.

Petrobras paga bancos

A Petrobras informou ontem que realizou em dezembro o pré-pagamento de US\$ 5,1 bilhões em dívidas bancárias. Os desembolsos foram feitos diretamente ou por meio de suas controladas. Os credores envolvidos são BNDES, Morgan Stanley, Export Development Canada, Santander, The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Citibank, Kreditanstalt für Wiederaufbau, J.P. Morgan, HSBC e Japan Bank for International Cooperation. Do montante, 72% estavam previstos para serem amortizados ao longo de 2018 e 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Fernanda Pires | De São Paulo

Título: Com greve de fiscais, carga de siderúrgica fica parada um mês

A greve dos fiscais da Receita Federal, que já dura quase dois meses, está produzindo perdas para o comércio exterior do Brasil. A filial brasileira da siderúrgica russa NLMK só conseguiu liberar ontem 1.500 toneladas de chapas de aço de alta resistência trazidas da unidade belga do grupo. A carga estava parada no porto de Itajaí (SC) desde o início do mês. Além da receita perdida por não ter vendido os lotes, que renderiam de R\$ 7 milhões a R\$ 9 milhões ao seu caixa, a sobrestadia redundou em gastos extras em cascata para a empresa.

"Ainda estamos calculando os custos", disse Paulo Seabra, responsável pela operação da NLMK na América Latina. Entre as despesas não previstas o executivo listou gastos com armazenamento adicional enquanto aguardava a liberação das cargas, peritagem para análise do aço, e advogados.

"Nossos clientes estavam esperando esse aço parado lá no porto. Programaram receber uma tonelagem, mas com a demanda aquecida no mercado interno, pediram mais", disse.

Sindifisco Nacional estima que cada dia de greve atrasa a arrecadação de R\$ 100 milhões em Santos

O caso da NLMK ilustra o que ocorre com diversas outras empresas que dependem da análise dos fiscais da Receita para receber produtos importados em portos e aeroportos brasileiros. A greve dos auditores dá sinais de prejuízo de maior ou menor monta, dependendo por ontem entram no país.

Os servidores públicos estão paralisados ou em esquema de plantão em dias específicos da semana desde 1º de novembro. Protestam contra o governo federal, que, segundo a categoria, não cumpriu um acordo de reajuste salarial firmado em 2016 e alterou um bônus de produtividade.

A situação se complicou primeiramente nos portos de Santa Catarina. Por lá, alguns importadores chegaram a se mobilizar para entrar com um mandado de segurança contra a paralisação. Já em Santos (SP), onde está localizado o maior porto do país, apenas nos últimos dias a situação piorou, com o aumento na demora no despacho das cargas.

Apesar de conseguir liberar ontem os lotes, a siderúrgica NLMK teme que o problema volte a ocorrer em janeiro, já que sentiu pouca disposição dos fiscais para diálogo. Em dezembro, perdeu uma incomum agitação do mercado de aço, e provavelmente terá uma queda considerável de receita. Ao mesmo tempo, uma parceira da empresa na importação e exportação de produtos, a trading Comexport, também reclama da demora na aprovação de cargas em Santa Catarina.

Cláudio Damasceno, presidente do Sindifisco Nacional, o sindicato que reúne os auditores da Receita, diz que a duração da greve é, por enquanto, indeterminada. "Vamos decidir em assembleia se continuamos parados ou não assim que o governo se sentar à mesa de negociação", explicou Damasceno. "Até agora não houve nem um aceno do ministro [do Planejamento] Dyogo Oliveira de que vai conversar a respeito, então permanecemos em greve."

No porto de Santos, por onde passa aproximadamente 25% da balança comercial brasileira, a greve dos fiscais começou a afetar o fluxo do comércio exterior de forma mais perceptível a partir da metade de dezembro.

Aproximadamente 90% das importações que chegam pelo cais santista caem no canal verde, modalidade que dispensa a conferência física pelos fiscais aduaneiros. As que dependem da interface com os servidores são as que caem nos canais vermelho ou cinza. Nesses casos, os fiscais estão trabalhando de forma concentrada às segundas e sextas-feiras para liberá-las.

Mas, diante da longa duração do movimento, o tempo de liberação em Santos triplicou: subiu para oito a dez dias no canal vermelho ante dois a três dias em condições normais. O Sindifisco Nacional estima que cada dia de greve da categoria atrasa a arrecadação de quase R\$ 100 milhões no cais santista.

"Originalmente os atrasos eram pontuais, agora todas cargas que caem no canal vermelho estão demorando até dez dias para serem liberadas. Se persistir a greve, pode começar a haver prejuízos para importadores e exportadores", afirmou Nívio Perez, presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos e Região. Os terminais portuários de Santos costumam trabalhar com períodos de armazenagem de dez ou 15 dias.

Nos aeroportos a situação está "horrrível", disse Marcos Farneze, presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de São Paulo. "Guarulhos parou de receber as cargas para exportação porque não tem espaço. Temos diversas reclamações de processos que estão levando de 30 a 35 dias". Em dias normais, são dois a três dias, afirmou Farneze. O sindicato deve entrar com mandado de segurança nos próximos dias para garantir a liberação das cargas dos associados.

De acordo com Farneze, no aeroporto de Viracopos, na cidade de Campinas (SP), "a situação é um pouco melhor."

A GRU Airport, concessionária do aeroporto de Guarulhos, informou que, devido à greve e ao grande volume de cargas gerado nesta época do ano, adotou uma operação especial para o recebimento de cargas para exportação,

priorizando o embarque de cargas especiais como perecíveis, animais vivos, mala diplomática, e produtos biológicos.

As cargas secas estão sendo tratadas conforme o índice de ocupação do armazém é reduzido. Todo esquema especial foi alinhado com as companhias aéreas e órgãos do setor, destacou a concessionária.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) informou que a situação não preocupa o resultado da balança comercial, já que qualquer carga que deixe de ser analisada provavelmente só terá sua internalização postergada. Além disso, produtos perecíveis em geral têm liberação garantida. Procurada, a Receita Federal não quis comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas quer rever acordo na joint venture Unigal

No caminho para consolidar sua saúde operacional e financeira, a siderúrgica mineira Usiminas tem pela frente mais um ruído. O conselho de administração da companhia vai discutir no ano que vem se muda ou não o contrato de compra e venda que tem firmado com a Unigal, unidade de galvanização a quente localizada em sua unidade de Ipatinga (MG), mas que não controla integralmente. Segundo apurou o **Valor**, o tema também põe os dois principais acionistas da siderúrgica - Nippon Steel & Sumitomo e Ternium - em lados opostos.

A Usiminas, maior fabricante de aços planos do país, tem um acordo com a Unigal, pelo qual fornece bobinas de aço para serem galvanizados via processo de banho de zinco a quente. A cada cinco anos, o contrato pode ser revisto. Os zincados são muito utilizados pelas montadoras de automóveis, que têm vivido melhores dias nos últimos meses, especialmente por conta do alto nível de exportação.

Segundo fontes, da última vez, em 2013, já havia certo desequilíbrio entre os preços praticados pela Usiminas à Unigal - a siderúrgica detém 70% do capital e a Nippon Steel & Sumitomo, 30%. Na época, decidiu não questionar o assunto. Com o passar do tempo e, principalmente, a evolução dos preços do aço, os termos da remuneração passaram a pesar mais.

Representantes da Nippon Steel no conselho da Usiminas são contrários a mudança do contrato. Em parte, apurou o **Valor**, porque de fato há um certo benefício momentâneo pelos preços mais baixos, mas que, argumentam,

compensa outros momentos do acordo em que a Unigal tinha de pagar mais do que a média do mercado para ter o aço a ser galvanizado.

Mas outro motivo, segundo uma fonte, é que a Nippon Steel vê o assunto como mais uma ofensiva da sócia na Usiminas, a Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint. Pessoa ligada ao grupo japonês, que não quis se identificar, acredita que os outros acionistas da Usiminas estão "tentando imputar toda a responsabilidade desse momento à Nippon Steel, quando na verdade todas as partes aprovaram a continuidade em 2013". Procurado, o grupo japonês não se manifestou. A Ternium e a Usiminas também não quiseram comentar.

Já fontes próximas à Ternium informam que, na verdade, o questionamento parte da própria diretoria executiva da Usiminas, que se sente prejudicada pelos termos atuais. Sergio Leite, atual presidente, teria pedido ao conselho para analisar a matéria em 2018. Além disso, a siderúrgica ítalo-argentina argumenta que até mesmo os representantes de acionistas minoritários apoiam o tema da mudança do contrato.

Leite foi originalmente indicado pela Ternium para o lugar de Rômelo de Souza, nome de confiança da Nippon Steel e antigo presidente afastado em duas oportunidades por iniciativa dos outros sócios. A siderúrgica japonesa busca retratação, especialmente da Ternium, pela saída de Souza - que está sendo processado judicialmente pela Usiminas -, mas ao menos chegou nesse consenso com o outro acionista, o de aprovar a gestão de Leite.

Fontes dos dois lados têm cada vez mais falado em encontrar um consenso. Pelo lado dos japoneses, ele passaria por um mecanismo de rodízio obrigatório na presidência, mas para os ítalo-argentinos, seria necessária uma cláusula de saída do capital social. Como nenhum dos dois cedeu até agora, não há resolução.

Enquanto isso, mesmo com o conflito societário e três trocas de presidente-executivo, a Usiminas escapou de uma recuperação judicial. Em 2017, até setembro, obteve receita líquida de R\$ 7,66 bilhões, alta de 21% em comparação anual, e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de R\$ 1,68 bilhão, um crescimento de 300%.

MME / ASCOM .